

Cadernos de Finanças Solidárias

# Finanças Solidárias



Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão  
em Economia Solidária da Universidade de São Paulo  
(NACE/NESOL-USP)

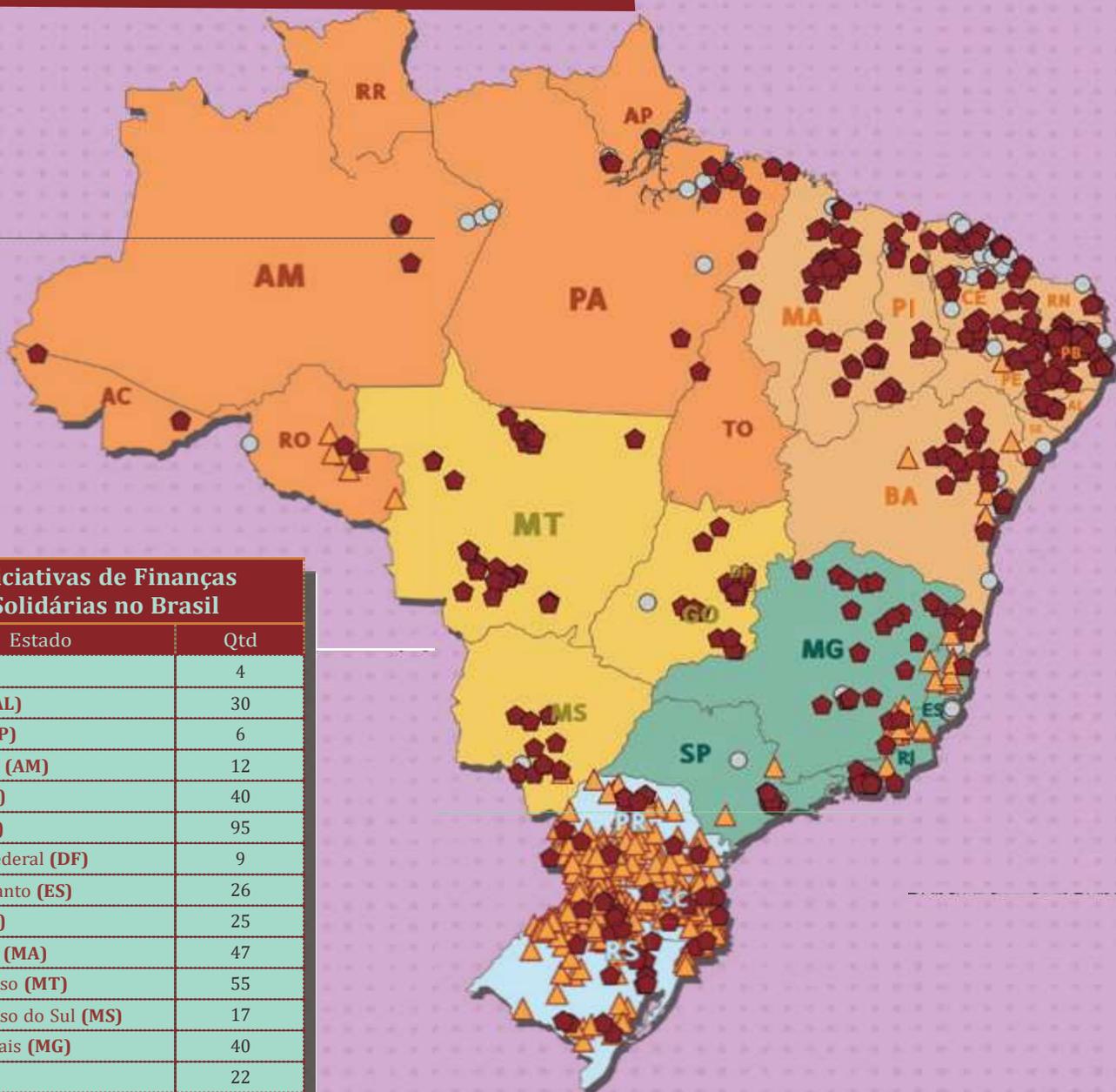
# Sumário

Apresentação	5
<hr/>	
<b>I. Economia Solidária e Finanças Solidárias</b>	<b>7</b>
1. A Economia Solidária.....	8
1.1 deFinição de economia Solidária.....	8
1.2 aspectos históricos.....	9
1.3 OrGanização.....	10
2. Os movimentos sociais e as Finanças Solidárias.....	13
2.1 Fundos Solidários.....	14
2.2 Cooperativismo de Crédito Solidário.....	16
2.3 CluBes de trocas.....	20
2.4 Bancos Comunitários de desenvolvimento.....	22
3. A complementariedade das experiências de Finanças Solidárias .....	25
3.1 Complementariedade das experiências .....	25
3.2 Finanças Solidárias e microcrédito.....	26
<hr/>	
<b>II. As experiências de Finanças Solidárias hoje</b>	<b>28</b>
1. Definindo as Finanças Solidárias .....	28
2. As experiências de Finanças Solidárias hoje .....	30
2.1 Bancos Comunitários de desenvolvimento.....	30
2.2 Cooperativas de Crédito Solidário.....	32
2.3 Fundos Solidários.....	35
2.4 Mapa das Finanças Solidárias no Brasil.....	38
<hr/>	
<b>III. As formas de organização das Finanças Solidárias</b>	<b>42</b>
1. Redes .....	42
1.1 rede Brasileira de Bancos Comunitários.....	42
1.2 Comitê Gestor de Fundos Solidários um trabalho em rede .....	43
1.3 Sistemas: a articulação do cooperativismo de crédito.....	44
2. Comitê Temático de Finanças Solidárias .....	46
2.1 Comitê temático de Crédito e Finanças Solidárias.....	47
3. Um processo em construção: por um Sistema de Finanças Solidárias ....	49
<hr/>	
Referências Bibliográficas.....	51

## 2.4. Mapa das Finanças Solidárias no Brasil

38

Iniciativas de Finanças Solidárias no Brasil	
Estado	Qtd
Acre (AC)	4
Alagoas (AL)	30
Amapá (AP)	6
Amazonas (AM)	12
Bahia (BA)	40
Ceará (CE)	95
Distrito Federal (DF)	9
Espírito Santo (ES)	26
Goiás (GO)	25
Maranhão (MA)	47
Mato Grosso (MT)	55
Mato Grosso do Sul (MS)	17
Minas Gerais (MG)	40
Pará (PA)	22
Paraíba (PB)	80
Paraná (PR)	151
Pernambuco (PE)	45
Piauí (PI)	24
Rio de Janeiro (RJ)	25
Rio Grande do Norte (RN)	4
Rio Grande do Sul (RS)	184
Santa Catarina (SC)	174
São Paulo (SP)	17
Sergipe (SE)	3
<b>Total</b>	<b>1147</b>

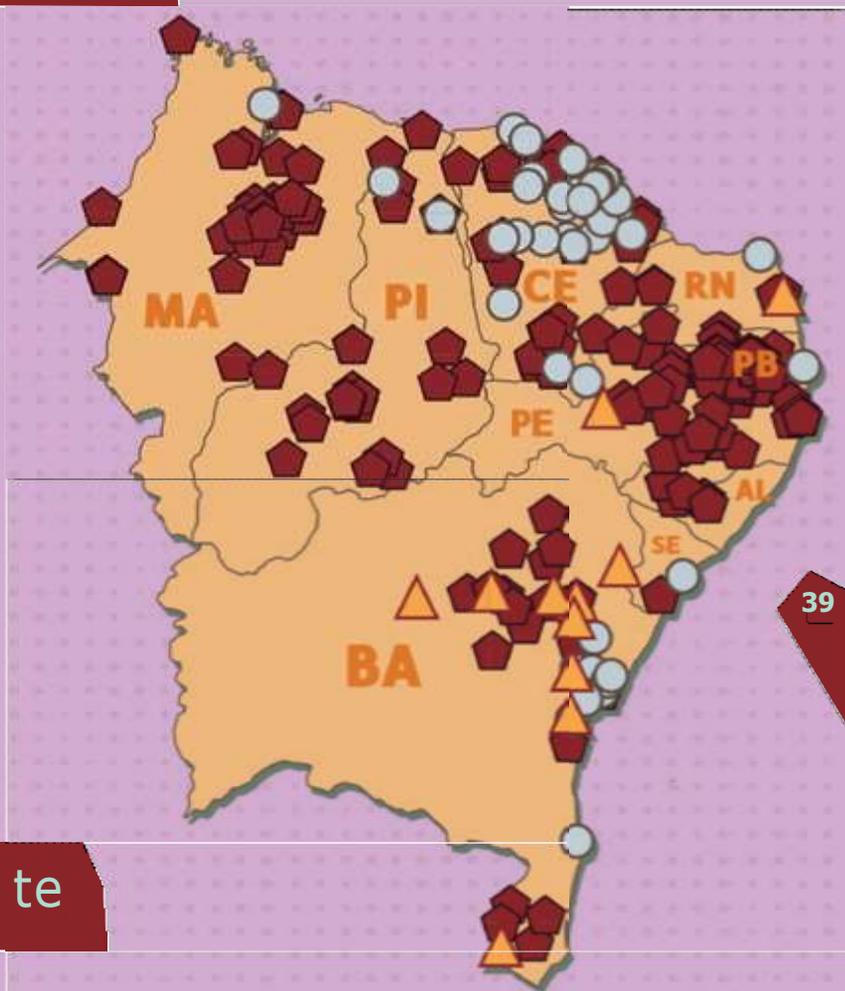


-  Bancos comunitários de Desenvolvimento
-  Cooperativas de crédito Solidário
-  Fundos Solidários

## Iniciativas Região Nordeste

Iniciativas de Finanças Solidárias Região Nordeste	
Estado	Qtd
Alagoas (AL)	30
Bahia (BA)	40
Ceará (CE)	95
Maranhão (MA)	47
Paraíba (PB)	80
Pernambuco (PE)	45
Piauí (PI)	24
Rio Grande do Norte (RN)	4
Sergipe (SE)	3
<b>Total</b>	<b>368</b>

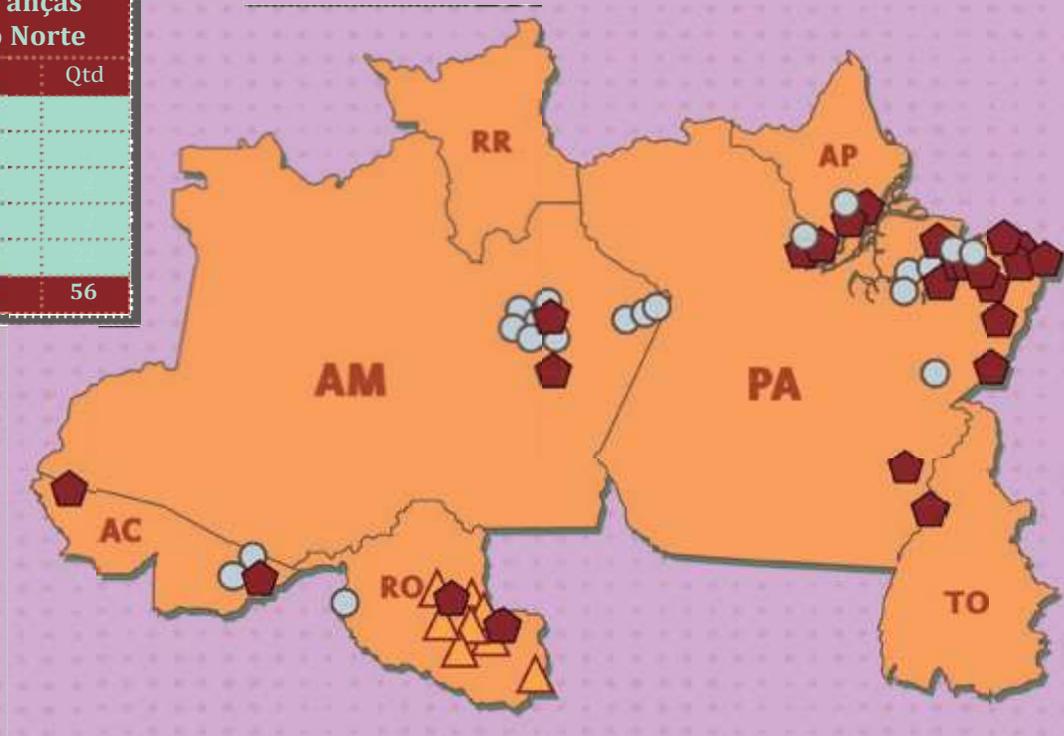
-  Bancos comunitários de Desenvolvimento
-  Cooperativas de crédito Solidário
-  Fundos Solidários



39

## Iniciativas Região Norte

Iniciativas de Finanças Solidárias Região Norte	
Estado	Qtd
Acre (AC)	
Amapá (AP)	
Amazonas (AM)	
Roraima (RO)	
Pará (PA)	
<b>Total</b>	<b>56</b>

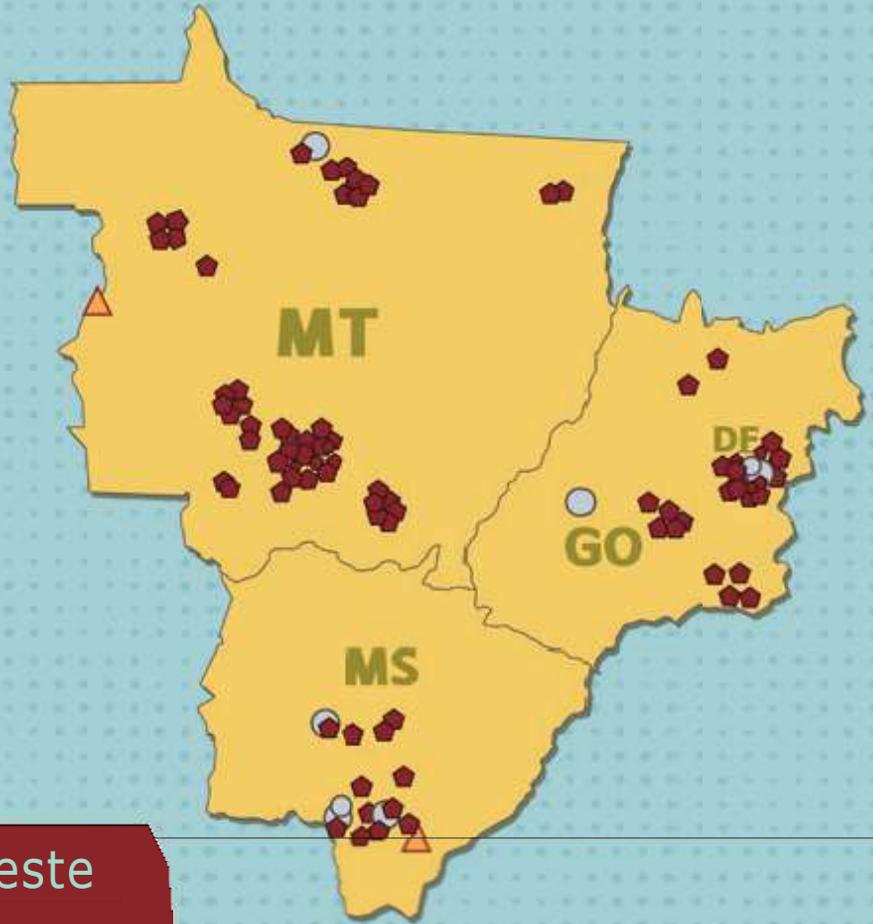


# Iniciativas Região Centro Oeste

## Iniciativas de Finanças Solidárias Região Centro-Oeste

Estado	Qtd
Goiás (GO)	25
Mato Grosso (MT)	55
Mato Grosso do Sul (MS)	17
Distrito Federal	9
<b>Total</b>	<b>106</b>

-  Bancos comunitários de Desenvolvimento
-  Cooperativas de crédito Solidário
-  Fundos Solidários

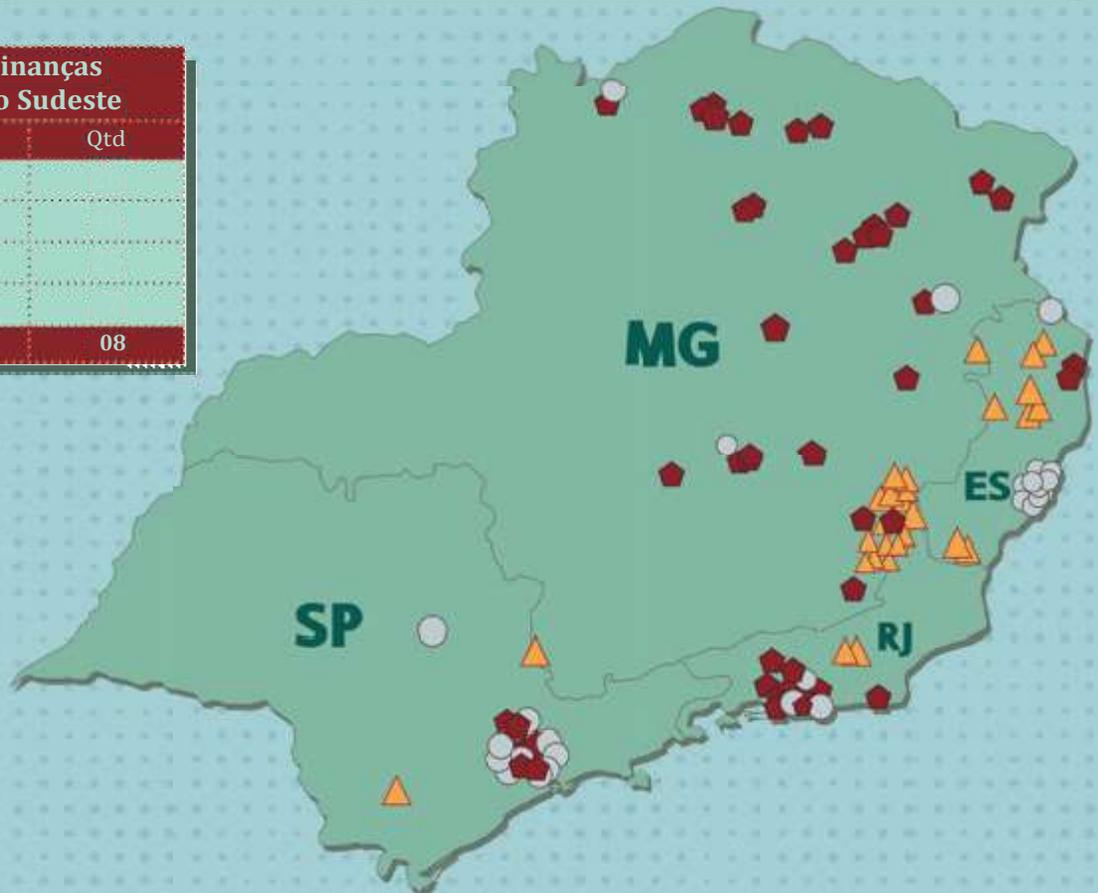


40

# Iniciativas Região Sudeste

## Iniciativas de Finanças Solidárias Região Sudeste

Estado	Qtd
Espírito Santo (ES)	
Minas Gerais (MG)	
Rio de Janeiro (RJ)	
São Paulo (SP)	
<b>Total</b>	<b>08</b>

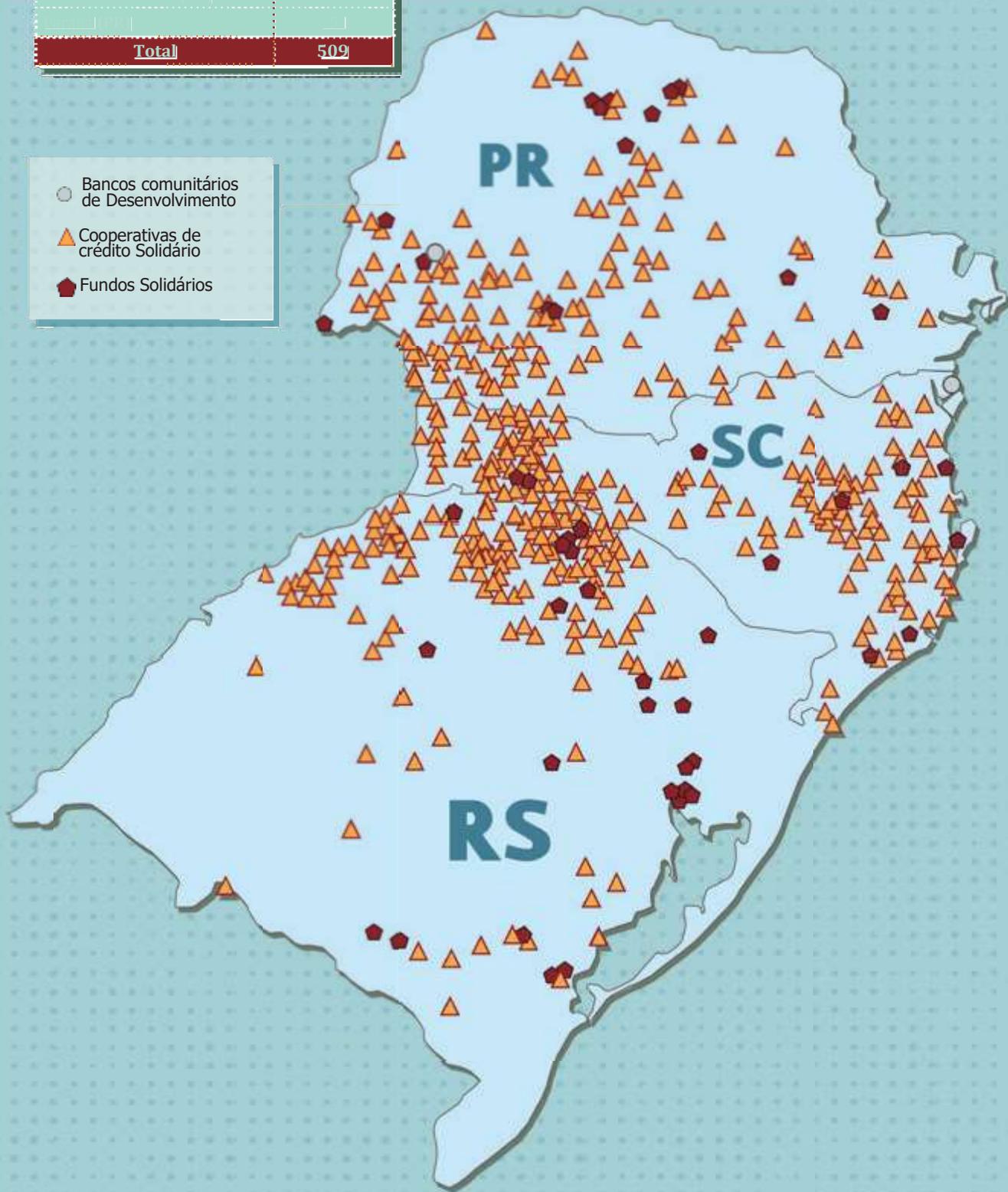


# Iniciativas Região Sul

## Iniciativas de Finanças Solidárias Região Sul

Estado	Qtd
Goiás (GO)	25
Santa Catarina (SC)	174
<b>Total</b>	<b>509</b>

- Bancos comunitários de Desenvolvimento
- ▲ Cooperativas de crédito Solidário
- ◆ Fundos Solidários



# III. As formas de organização das Finanças Solidárias

42

## 1. Redes

### 1.1 Rede Brasileira de Bancos Comunitários

A história da Rede Brasileira de Bancos Comunitários se inicia em 1998 com a criação do Banco Palmas na comunidade do Conjunto Palmeiras em Fortaleza. Essa iniciativa pioneira foi inspiração e parceira para a formação dos demais 107 Bancos Comunitários que existem hoje no Brasil. A primeira replicação da metodologia no estado do Ceará com o banco PAR ocorreu em 2004; dois anos depois já eram sete Bancos Comunitários em cinco estados brasileiros. Tendo em vista o fortalecimento da metodologia e da articulação entre as iniciativas, em 14 de janeiro de 2006, na sede do Banco Palmas, foi realizado o I Encontro Nacional dos Bancos Comunitários, que resultou na criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. O evento contou com a participação de intelectuais, pesquisadores, organizações, deputados, vereadores e militantes da Economia Solidária

que apostavam na ideia, além do ministro para a Economia Popular da Venezuela, Elías Jaua, e do professor Paul Singer, secretário nacional de Economia Solidária.

O primeiro momento da atuação em rede se deu na I Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006. A mobilização começou nos estados com a eleição de dez delegados de Bancos Comunitários de todo o Brasil, além da elaboração de faixas e textos para incidência nos grupos de trabalho. Como resultado houve o reconhecimento dos Bancos Comunitários, conforme consta no Art. 78 do documento final.

Em 2007 foi realizado o II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, em Iparaná, no Ceará, com a participação de doze Bancos

Comunitários de sete estados brasileiros. Deste encontro destaca-se a aprovação do Termo de Referência e do marco teórico conceitual dos Bancos Comunitários. Em 2009, dois eventos importantes marcaram a Rede Brasileira: IX Fórum Social Mundial, em Belém-PA, onde houve a circulação da moeda Amazônida e a realização de uma oficina sobre a Rede; e I Fórum de Inclusão Financeira do Banco Central, em Salvador, com apresentações e debates com os representantes da Rede. Já eram 51 Bancos Comunitários em todo o Brasil.

A partir de 2010, com a criação do Programa de Finanças Solidárias e o apoio e fomento a Bancos Comunitários, foi possível realizar reuniões mais sistemáticas com as entidades gestoras dos projetos nacional e regionais e participantes da Rede: Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, Instituto Capital Social da Amazônia, Núcleo de Economia Solidária (Nesol-USP), Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (Ites-UFBA), Associação Ateliê de Ideias. Em 2013 foi realizado o III Encontro Nacional da Rede, em Fortaleza-CE, que contou com a participação de mais de duzentas pessoas, cem Bancos Comunitários, representantes da Senaes, Banco Central, Caixa Econômica Federal e universidades. Na ocasião foi eleita uma representação formal com a criação da coordenação nacional, composta de oito membros.

Além da Rede Brasileira houve também a criação de Redes estaduais e regionais no contexto de ampliação das iniciativas de Bancos Comunitários. Tem destaque a Rede Baiana, a Rede Capixaba e a Rede Nordeste de Bancos Comunitários, revelando que a estratégia de Redes vem sendo bastante utilizada pelo segmento, entendida como um potencial de articulação e fortalecimento das ações comunitárias.

## 1.2 Comitê Gestor de Fundos Solidários: um trabalho em rede

O trabalho em rede também está presente na articulação dos Fundos Solidários. Essa estratégia, inicialmente, foi se constituindo por meio das próprias entidades de fomento, que articulam e agregam um conjunto de iniciativas de Fundos Solidários.

No nível nacional a articulação entre as diversas entidades se deu a partir da criação do Comitê Gestor do Programa de Apoio a Projetos Produtivos e Sociais (PAPPS), do projeto realizado com o Banco do Nordeste. O comitê, que tinha como atribuição a elaboração de editais, seleção das propostas a serem financiadas e o acompanhamento dos projetos, era composto de representantes do governo, do Banco do Nordeste e de quatro grandes redes da sociedade civil com experiência no tema: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB).

O comitê gestor se amplia com a participação de um representante da rede de organizações que trabalham com Fundos Solidários para atuar na articulação entre as organizações, na divulgação dos Fundos Solidários como estratégia para promover o desenvolvimento territorial sustentável e na mobilização junto ao governo federal para promover políticas públicas que fortaleçam e multipliquem as experiências.

Em fevereiro de 2007, o comitê gestor, com patrocínio do Ministério de Desenvolvimento Social, do Banco do Nordeste e da Senaes,

organiza o I Seminário Nacional de Fundos Solidários, em Brasília, com cerca de duzentos participantes. Em 2009, publica, sob a responsabilidade institucional da FGEB, *Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais*, dois cadernos que apresentam os resultados e as propostas do I Seminário Nacional de Fundos Solidários e retratam algumas das principais experiências de Fundo Solidário no país. Em 2010 aparecem dois importantes avanços no campo dos Fundos Solidários, frutos do trabalho do comitê gestor: (1) O governo da Bahia torna-se o primeiro governo estadual a lançar uma chamada pública estadual de fomento de Fundo Solidário, investindo 4,5 milhões de reais em vinte experiências na Bahia e num projeto estadual de acompanhamento técnico das mesmas. O edital é fruto do trabalho de um comitê gestor estadual com participação da sociedade civil que foi criado baseado no modelo do comitê gestor nacional. (2) A Senaes realiza a primeira chamada pública de apoio às Finanças Solidárias, apoiando cinco projetos regionais e um projeto nacional para mapear as experiências de Fundos Solidários e promover sua organização em redes. A Cáritas brasileira é selecionada para assumir a coordenação nacional dos projetos, a FGEB para atuar na região Nordeste, o Camp na região Sul, a Cáritas regional Sudeste na região Sudeste, a Providência na região Centro-Oeste e a Cáritas regional Norte II na Região Norte.

## 1.3 Sistemas: a articulação do cooperativismo de crédito

As cooperativas de crédito se organizam em sistemas, a partir de cooperativas singulares com seus associados e em cooperativas de segundo grau, uma associação de cooperativas. Essa associação entre cooperativas vai configurando um sistema que se agrega em confederações, com o objetivo de fortalecer a própria ação das cooperativas, bem como otimizar custos e gerenciar com mais facilidade e agilidade os recursos. Ainda potencializa a organização e a capacidade de incidência desses segmentos. Como já apontamos, se podemos ver uma verticalização e centralização na organização das cooperativas tradicionais, nas Cooperativas de Crédito Solidário o princípio é a horizontalidade, priorizando cooperativas menores, mantendo relações de proximidade com os associados por meio das bases de serviços que atendem diversas cooperativas num território mais amplo.

Hoje há três sistemas que compõem a Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol), que se reconhece como um Sistema Cooperativo de Economia Familiar e Solidária e tem como seus associados agricultores familiares e trabalhadores urbanos. Vamos conhecer melhor cada um deles.

O Sistema Cresol tem sua origem ligada aos agricultores familiares da região Sul do Brasil e é subdividido em três sistemas: Cresol Baser (Paraná e Santa Catarina), Cresol Central (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Nordeste) e Sicooper.

organiza o I Seminário Nacional de Fundos Solidários, em Brasília, com cerca de duzentos participantes. Em 2009, publica, sob a responsabilidade institucional da FGEB, *Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais*, dois cadernos que apresentam os resultados e as propostas do I Seminário Nacional de Fundos Solidários e retratam algumas das principais experiências de Fundo Solidário no país. Em 2010 aparecem dois importantes avanços no campo dos Fundos Solidários, frutos do trabalho do comitê gestor: (1) O governo da Bahia torna-se o primeiro governo estadual a lançar uma chamada pública estadual de fomento de Fundo Solidário, investindo 4,5 milhões de reais em vinte experiências na Bahia e num projeto estadual de acompanhamento técnico das mesmas. O edital é fruto do trabalho de um comitê gestor estadual com participação da sociedade civil que foi criado baseado no modelo do comitê gestor nacional. (2) A Senaes realiza a primeira chamada pública de apoio às Finanças Solidárias, apoiando cinco projetos regionais e um projeto nacional para mapear as experiências de Fundos Solidários e promover sua organização em redes. A Cáritas brasileira é selecionada para assumir a coordenação nacional dos projetos, a FGEB para atuar na região Nordeste, o Camp na região Sul, a Cáritas regional Sudeste na região Sudeste, a Providência na região Centro-Oeste e a Cáritas regional Norte II na Região Norte.

### 1.3 Sistemas: a articulação do cooperativismo de crédito

As cooperativas de crédito se organizam em sistemas, a partir de cooperativas singulares com seus associados e em cooperativas de segundo grau, uma associação de cooperativas. Essa associação entre cooperativas vai configurando um sistema que se agrega em confederações, com o objetivo de fortalecer a própria ação das cooperativas, bem como otimizar custos e gerenciar com mais facilidade e agilidade os recursos. Ainda potencializa a organização e a capacidade de incidência desses segmentos. Como já apontamos, se podemos ver uma verticalização e centralização na organização das cooperativas tradicionais, nas Cooperativas de Crédito Solidário o princípio é a horizontalidade, priorizando cooperativas menores, mantendo relações de proximidade com os associados por meio das bases de serviços que atendem diversas cooperativas num território mais amplo.

Hoje há três sistemas que compõem a Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol), que se reconhece como um Sistema Cooperativo de Economia Familiar e Solidária e tem como seus associados agricultores familiares e trabalhadores urbanos. Vamos conhecer melhor cada um deles.

O Sistema Cresol tem sua origem ligada aos agricultores familiares da região Sul do Brasil e é subdividido em três sistemas: Cresol Baser (Paraná e Santa Catarina), Cresol Central (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Nordeste) e Sicooper.

Inicialmente três cooperativas rurais formadas por agricultores do oeste catarinense se uniram na Cresol Baser com o objetivo de oferecer crédito voltado ao desenvolvimento, à inclusão social aos seus associados, viabilizando o acesso ao sistema financeiro, principalmente aos que estavam excluídos deste, a fim de fomentar a produção e servir como instrumento financeiro dos agricultores associados. Há uma separação da Cresol Baser do Paraná, no ano de 2004, que dá origem à Cresol Central. Atualmente agrega mais de 100 mil sócios em 43 cooperativas singulares e mais 89 postos de atendimento, movimentando anualmente mais de 600 milhões de reais em quinhentos municípios. São mais de mil pessoas envolvidas, entre diretores, conselheiros, agentes comunitários de desenvolvimento cooperativo e colaboradores, para dar conta dessa estrutura.

Já o Sistema Crehnor tem sua criação ligada aos assentados da reforma agrária e a pequenos agricultores do Rio Grande do Sul. A história do sistema se inicia no ano de 1996, na cidade de Sarandi, no norte do Rio Grande do Sul, com a criação da Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi, composta de 34 agricultores. A importância do trabalho dessa primeira cooperativa foi inspiração para a criação da Crehnor Sul em Canguçu, Crehnor Nordeste, em Ibiraiaras, Crehnor Norte, em Barão do Cotegipe, Crehnor Noroeste, em Ijuí, e uma cooperativa conveniada, localizada em Laranjeiras do Sul (Paraná), a Crehnor Laranjeiras. Hoje todas as cooperativas estão articuladas na Crehnor Central, localizada em Sarandi, criada em 2002. Atualmente o

Sistema Crehnor atua em 310 municípios nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e conta com uma cooperativa central, cinco cooperativas de crédito singulares, uma cooperativa filiada e 53 postos de atendimento cooperativo. São mais de 38 mil associados.

Há ainda a Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (Ascoob), fruto da organização comunitária presente no Nordeste desde os anos 1970 com o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Associações dos Pequenos Agricultores (Apaeb) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. A primeira ação para financiamento conjunto foi a criação de Fundos Solidários, que se transformaram em cooperativas de crédito rurais para atendimento dos agricultores e trabalhadores dessa região. Assim, a Ascoob surge em 1999 com o objetivo de agregar essas cooperativas de crédito rurais para que conseguissem melhorar a sua gestão interna e ter mais capacidade de negociação e representação. Depois de dez anos como associação, foi criada em janeiro de 2008 a Cooperativa Central de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ascoob Central), como forma de garantir a representatividade legal das cooperativas filiadas junto ao Banco Central. A Ascoob Central é uma cooperativa de segundo grau e tem a função de prestar assistência às cooperativas filiadas. Assim, podemos entender que o Sistema Ascoob contém a Associação e a Central Ascoob e atua em dezesseis territórios rurais dos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, com sete cooperativas filiadas, nove cooperativas conveniadas, pontos de atendimento em trinta municípios e a participação de cerca de 50 mil cooperados.

## 2. Comitê Temático de Finanças Solidárias

O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi criado em 2003, ano em que a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi instituída como um espaço de interlocução (consultivo e propositivo) entre setores do governo e da sociedade civil em torno da temática da Economia Solidária. Em sua formação original, contam 56 entidades, divididas entre três setores: dezenove representantes do governo federal, de secretarias estaduais de trabalho e de órgãos estaduais e municipais de apoio à Economia Solidária; vinte representantes de Empreendimentos Econômicos Solidários; e dezessete membros de outras organizações da sociedade civil e serviços sociais.

O Conselho é composto do Plenário, Comitê Permanente, Comitês Temáticos e Secretaria Executiva. Plenário é a instância máxima de decisão do Conselho Nacional de Economia Solidária, composta dos seus 56 participantes. O Comitê Permanente é responsável por chamar as reuniões, preparar as pautas e documentos a serem debatidos e contribuir no processo de encaminhamento das proposições aprovadas em plenário. Já os Comitês Temáticos são responsáveis por estudar, debater, elaborar propostas e oferecer subsídios, recomendações e pareceres, de forma crítica e analítica, sobre temas específicos relacionados às políticas públicas para a Economia Solidária. O CNES estabeleceu cinco Comitês Temáticos: Comercialização, Redes e Cadeias de Produção e Consumo; Crédito e Finanças Solidárias; Formação e Assistência Técnica; Institucionalidade da Política Nacional; Marco Jurídico. Cada um desses comitês tem sua organização própria a partir da participação de conselheiros e convidados que contribuam para o debate da temática.

## 2.1 Comitê Temático de Crédito e Finanças Solidárias

O Comitê Temático de Crédito e Finanças Solidárias está se rearticulando depois de um tempo inativo. Na busca pelo fortalecimento das iniciativas de Finanças Solidárias em suas complementaridades, o comitê foi considerado um espaço importante para essa articulação. Assim, a partir da articulação do Programa Nacional de Finanças Solidárias, as entidades ligadas às iniciativas de Fundos Solidários, Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Cooperativas de Crédito Solidário vêm se reunindo, com três objetivos: articular agendas comuns, consolidar uma ação articulada entre os três segmentos e fortalecer as próprias redes dos segmentos. Esses objetivos se articulam em um projeto maior, que é a construção de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias.

Ainda é necessária a aprovação do Conselho Nacional para o funcionamento oficial do comitê, mas já realizam reunião nesse espaço as seguintes entidades: Instituto Capital Social da Amazônia, Confesol, Camp, Fundação Esquel, Instituto Vitória Régia, Crehnor, Cresol Central, Ascoob, Ites-UFBA, Centro de Estudos e Assessoria, Cáritas brasileira, Instituto Palmas, Ateliê de Ideias, Nesol-USP. No âmbito governamental, tem participação das reuniões a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Ao longo de 2014 os encontros do comitê ocorreram a cada dois ou três meses. Além de diversos debates, foram realizadas atividades com a participação dos três segmentos das Finanças Solidárias, como a realização da Conferência Temática Economia e Democracia, em abril de 2015. A conferência contou com a participação de mais de duzentas pessoas ligadas às Finanças Solidárias, aprofundou debates e estabeleceu horizontes comuns para a construção de um Sistema de Finanças



Reunião do Comitê Temático de Crédito e Finanças Solidárias, Brasília-DF Foto: Silvia Soares de Camargo - Acervo Nesol-USP

Solidárias. Ainda em relação ao processo da III Conferência Nacional de Economia Solidária, o comitê realizou uma oficina autogestionária, com grande participação e, mais uma vez, foi possível discutir tanto a especificidade de cada um dos segmentos como as suas complementaridades. A conferência estabeleceu e votou as diretrizes do Plano Nacional de Economia Solidária, que foram discutidas posteriormente pelo comitê e geraram um documento que subsidiou o CNES em sua discussão.

Essas atividades conjuntas têm sido importantes para o processo, ainda inicial, de construção de pautas e agendas comuns, tendo como grande desafio a elaboração e efetivação de um Sistema de Finanças Solidárias, no qual os segmentos tenham sinergia na prática de realização de suas iniciativas.

A composição do comitê se dá da seguinte forma:

**▣ Poder público:**

Senaes/MTE, MDS e BNDES;

**▣ Entidades de apoio e fomento:**

Cáritas nacional;

Convidados: CEA, Ites-UFBA, Nesol-USP, Fundação Esquel, Camp, Instituto Capital Social da Amazônia, Instituto Vitória Régia.

**▣ Empreendimentos Econômicos Solidários:**

Ancosol;

Convidados: Instituto Banco Palmas, Ateliê de Ideias/Banco Bem, Sistema Crehnor, Sistema Ascoob, Sistema Cresol.

# 3. Um processo em construção: por um Sistema de Finanças Solidárias

Uma das agendas comuns entre os segmentos das Finanças Solidárias é a elaboração do que está se chamando de Sistema Nacional de Finanças Solidárias. Como vimos ao longo dessa publicação, há diversas dimensões de construção de pontes, sinergias e práticas conjuntas. Embora possamos considerar que já há um conjunto de ações que se complementam nos territórios, que historicamente algumas cooperativas de crédito foram inicialmente fundos rotativos e que ainda possuem interface com alguns deles, torna-se importante projetar algo que reflita uma realidade já existente, mas que também possa indicar possíveis arranjos a serem construídos.

Nessa perspectiva, o texto-base da Conferência Temática: Economia e Democracia tem sido considerado o nosso ponto de partida para esse debate. São necessários ainda muito aprofundamento e a busca de estratégias efetivas para a sua consolidação.

Utilizando trechos desse documento apresentamos abaixo as principais ideias que orientam o nosso debate.

## ***Definição***

O Sistema de Finanças Solidárias pode ser entendido como um conjunto de serviços e produtos financeiros e pedagógicos que fomenta e contribui para o crescimento e a consolidação da Economia Solidária. Ele está a serviço da Economia Solidária, seus empreendimentos, suas organizações e seus trabalhadores, mobilizando, organizando e fornecendo os recursos financeiros necessários para que ela exista e prospere.

## Princípios

- ▣ Não tem finalidade especulativa e é um meio para viabilizar a Economia Solidária, organizada para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.
- ▣ Não conhece a separação entre donos e usuários de capital, os usuários dos recursos são também os donos/sócios/controladores das entidades que oferecem esses recursos.

## Quem faz parte desse sistema?

Compõem o Sistema das Finanças Solidárias as pessoas e entidades que oferecem recursos financeiros e fazem a gestão desses recursos (fornecedores de recursos), as pessoas e entidades que recebem esses recursos e neles investem (usuários de recursos) e as entidades de fomento e apoio que ajudam na construção e consolidação dessas iniciativas.

50

## Recursos

Fonte de recursos	Iniciativas de Finanças Solidárias	Usuários de recursos
<ul style="list-style-type: none"><li>▣ Fundos Solidários de Fomento;</li><li>▣ Poder público;</li><li>▣ Bancos públicos;</li><li>▣ Entidades da cooperação internacional;</li><li>▣ Poupança de usuários/contribuições de sócios;</li><li>▣ Doações de pessoas físicas e jurídicas.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▣ Fundos Solidários (FRS);</li><li>▣ Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs);</li><li>▣ Cooperativas de Crédito Solidário.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▣ Empreendimentos da Economia Solidária;</li><li>▣ Cooperativas de produção e serviços;</li><li>▣ Associações de produtores;</li><li>▣ Pequenos produtores;</li><li>▣ Entidades do comércio solidário;</li><li>▣ Consumidores solidários;</li><li>▣ Economia popular.</li></ul>

# Referências Bibliográficas

## *Livros*

ABRAMOVAY, Ricardo. (org.) *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Ed.Fapesp/Annablume, 2004.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de; ARKEL, Henk van; PRIMAVERA, Heloísa; RAMADA, Camilo (org.) *Onde está o dinheiro?* Porto Alegre: Dacasa editora, 2002.

ANCOSOL. *Cadernos Ancosol: gestão política*. Jul. 2009.

BATEMAN, Milford. 'Financial Co-operatives for Sustainable Local Economic and Social Development', *Small Enterprise Development*, 18(1): 37-49, 2007.

BRASIL. I Conferência Nacional de Economia Solidária – “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”. Brasília: 2006.

BRAZ, Juliana. *Os dilemas de se estar no fio da navalha: a experiência do Banco Palmas e suas práticas cotidianas*. 2014. 194 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo (Psicologia Social). 2014.

\_\_\_\_\_; SILVA, Diego. (2011) *Os Sentidos da Moeda Social num Bairro Periférico de um Grande Centro Urbano do Brasil*. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional sobre Moedas Comunitárias e Complementares, Lyon, França.

BÚRIGO, Fábio Luiz. *Finanças e solidariedade: o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. *Estud.soc.agric.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2006: 312-349.

\_\_\_\_\_. *Redes de cooperação e inovações financeiras em Territórios de pesca*. 35º Encontro anual da Anpocs. GT20 - Metamorfoses do rural contemporâneo, 2011. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/35\\_encontro\\_gt/GT20/FabioBurigo.pdf](http://www.anpocs.org.br/portal/35_encontro_gt/GT20/FabioBurigo.pdf)

CAMP. *Cartilha dos Fundos Solidários da Região Sul: Histórico, organização e gestão* / Centro de Assessoria Multiprofissional. Porto Alegre: CAMP, 2015.

CÁRITAS BRASILEIRA. *Os fundos solidários e a caminhada para seu reconhecimento e valorização*. Brasília: Cáritas Brasileira, s/d.

FARIA, Maurício Sardá de. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. 2005. 401 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina (Sociologia Política). 2005.

FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL. *Fundos solidários: Por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais*. Caderno 1: Mobilização em prol de uma política pública de apoio a fundos solidários. Fundação Grupo Esquel Brasil. 2008.

IASKIO, Emerson Leonardo Schimdt. *O que é economia solidária?* In: BERGONSI, Sandra Suely Soares e LACERDA, Gustavo Biscaia. *Cooperativismo, economia solidária e inclusão social: métodos e abordagens*. Curitiba: Proec, 2007.

KRAYCHETE, Elsa. *As organizações de cooperação internacional, a redefinição de desenvolvimento e pobreza e as microfinanças*. In: *Pesquisa e Debate*, São Paulo, v. 16, número 2(28), 2005, p. 249-268.

MELO NETO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. *Bairros pobres – ricas soluções: Banco Palmas ponto a ponto*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

MELO NETO, João Joaquim de; BODINAUX, Pascale; MENEZES FILHO, Ruy Abitbol. Memória de Nossas Lutas. 1988.

NOVAES, Henrique. A Autogestão como Magnífica Escola: notas sobre a educação no trabalho associado. Revista e-curriculum, São Paulo, v. 5, n. 1, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Os diferentes significados histórico-políticos das concepções de “Economia Social” e “Economia Solidária”. In: GEDIEL, José Antônio Peres. Estudos de direito cooperativo e cidadania. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2005.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas. São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_ (org.). Movimentos sociais na transição democrática. São Paulo: Cortez, 1987.

HENRIQUES, Flávio Chedid; SÍGOLO, Vanessa Moreira; RUFINO, Sandra; ARAÚJO, Fernanda Santos; NEPOMUCENO, Vicente; GIOTTO, Mariana Baptista; PAULUCCI, Maria Alejandra; RODRIGUES, Thiago Nogueira; CAVALCANTI, Máira Rocha; FARIA, Maurício Sardá de. Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

\_\_\_\_\_. O lugar: encontrando o futuro. Revista de Urbanismo e Arquitetura, América do Norte, 4, set. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3113/2230>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

\_\_\_\_\_. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002b.

## Sites

Claudio Nascimento: socialismo autogestionário

[http://claudioautogestao.com.br/?page\\_id=23](http://claudioautogestao.com.br/?page_id=23)

Fórum Brasileiro de Economia Solidária

[www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)

Secretaria Nacional de Economia Solidária

<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>